

OS REFLEXOS DA URBANIZAÇÃO AMAZÔNICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE IMPERATRIZ-MA

Jailson de Macedo Sousa

Doutorando - Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGEO/UFU
Professor Assistente – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/CESI
geoparsagada@gmail.com

Beatriz Ribeiro Soares

Professora Associada IV – Universidade Federal de Uberlândia – PPGEO/UFU
Tutora do Programa de Educação Tutorial – PET – IG/UFU
brsoares@ufu.br

Resumo

Neste ensaio discute-se aspectos peculiares da urbanização amazônica e suas relações com o recente processo de urbanização difundido em Imperatriz. As transformações materializadas na Amazônia brasileira desde 1950 têm desencadeado processos contínuos de reestruturação urbana e regional. Imperatriz, situada na Amazônia oriental, tem acompanhado de perto estas mudanças. Entre as décadas de 1960-1980 foi notável o crescimento demográfico e econômico desta cidade. Este fato a colocou na condição de um dos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental. As estratégias recentes de ocupação e povoamento difundidas nesta cidade em função de projetos econômicos e os papéis assumidos pelo terciário a partir de 1980, em particular, à difusão do comércio e à consolidação da educação superior, a saúde pública e privada e a recente expansão da construção são indicadas como elementos vitais a uma leitura recente desta cidade.

Palavras-chave: Reestruturação urbano-regional. Urbanização amazônica. Imperatriz.

Abstract

This essay discusses specific aspects of Amazonian urbanization and its relations with the recent widespread urbanization in Imperatriz. The changes embodied in the Brazilian Amazon since 1950 have triggered ongoing processes of urban and regional restructuring. Imperatriz, located in the eastern Amazon has closely followed these changes. Between the decades of 1960-1980 was remarkable demographic and economic growth of this city. This fact placed her in the condition of one of the major urban centers of the eastern Amazon. Recent strategies of occupation and settlement spread in this city in terms of economic projects and the roles assumed by the service sector since 1980, in particular, the spread of commerce and the consolidation of higher education, public and private health and the recent construction boom are shown as vital to a recent reading of this city elements.

Keywords: Urban-regional restructuring. Amazon urbanization. Imperatriz.

Recebido em 01/04/2014 / Aprovado para publicação em 24/04/2016.

OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.19, p. 94-115, jun. 2016.

Introdução

Neste ensaio apresentamos uma breve reflexão acerca das singularidades que tem orientado o processo de urbanização manifestado na região amazônica a partir de 1950 e os seus reflexos no processo de produção do espaço urbano de Imperatriz¹.

A cidade de Imperatriz, situada na porção oriental da Amazônia brasileira conheceu intenso crescimento econômico e demográfico a partir de 1950 em razão da presença de projetos modernizadores. São projetos ligados à produção agropecuária, extrativistas e minero-metalúrgicos instalados nas regiões Sul e Sudoeste do Maranhão, ocasionando refuncionalizações contínuas em várias cidades e no espaço regional. Diante deste quadro expomos algumas das indagações que nortearam este estudo:

- Que traços ou elementos têm singularizado a dinâmica urbano-regional delineada na região amazônica a partir de 1950?
- Quais são os efeitos, ou seja, os reflexos desta reestruturação regional no atual processo de produção do espaço urbano de Imperatriz?
- Que elementos teóricos e metodológicos têm servido enquanto instrumentos analíticos para uma interpretação da recente dinâmica urbano-regional de Imperatriz?
- Por que Imperatriz enquanto cidade média na Amazônia Oriental tem assumido papéis relevantes no comando socioeconômico, demográfico e cultural de sua região?

As respostas a estas indagações são complexas e expressam as particularidades assumidas pela reestruturação urbano-regional materializada na região amazônica. A complexidade e a diversificação se impõem como elementos essenciais desta dinâmica. De início, importa refletir sobre os aspectos característicos da reestruturação regional para então compreender os seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz.

Acredita-se que uma análise pautada nas estratégias recentes de ocupação e povoamento da Amazônia brasileira conduzidas pelos agentes econômicos e políticos, constituem elementos-chave para o desvendamento das mudanças cristalizadas nesta região. No bojo destas estratégias teve destaque a difusão de projetos agropecuários, colonizadores, minero-metalúrgicos e atualmente, os energéticos.

Estes elementos são entendidos como vitais à efetiva modernização² imposta à região. O passo posterior deste estudo centrou-se numa reflexão sobre as implicações desta reestruturação urbano-regional na produção do espaço urbano de Imperatriz.

Figura 1- Mapa de Localização Geográfica do Município de Imperatriz-MA

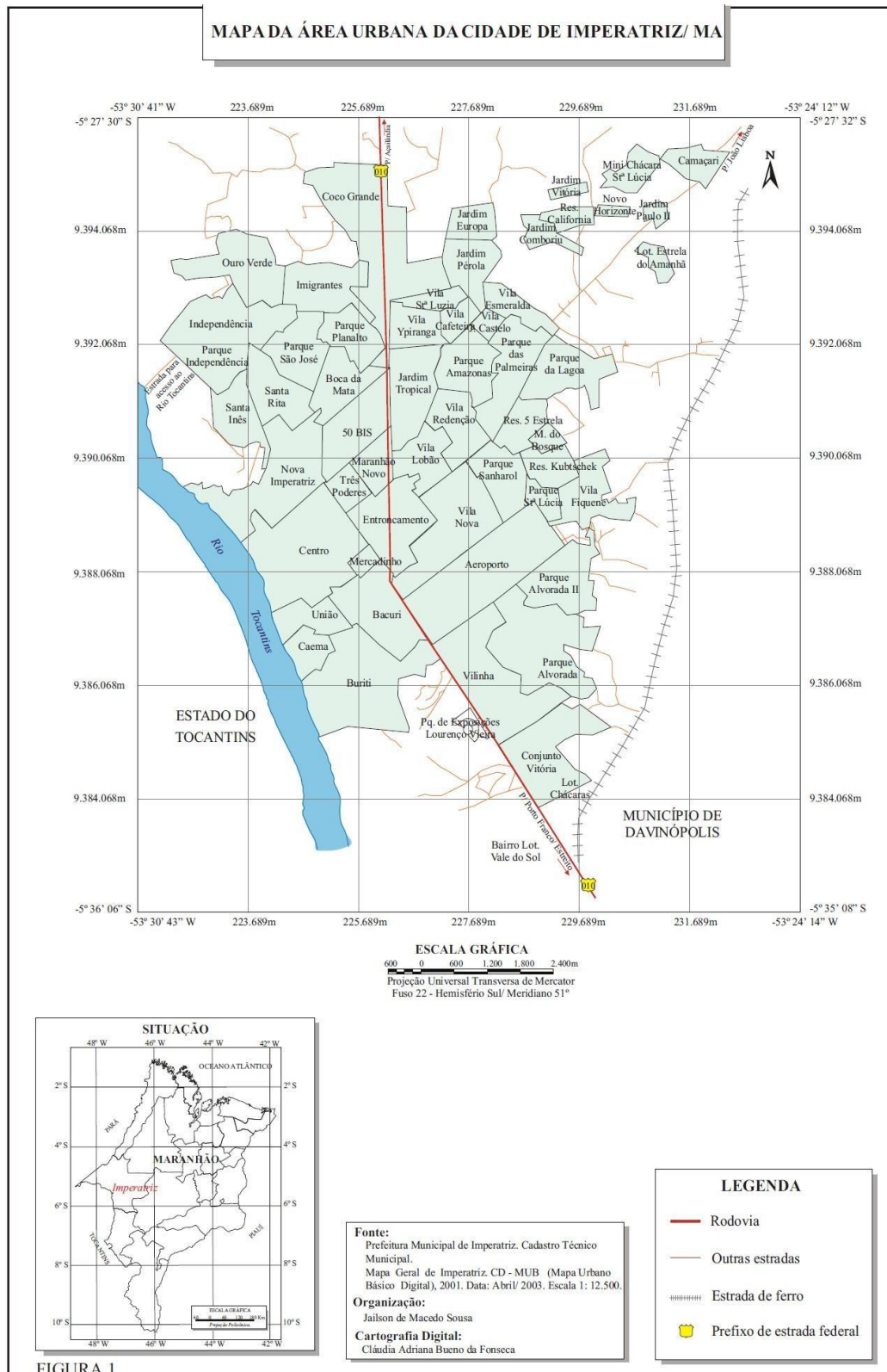


FIGURA 1

Fonte: SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica sócioeconômica de Imperatriz-MA e suas implicações na região Tocantina.** Ética Editora: Imperatriz, 2009. 318 p.

Reestruturação urbano-regional: uma reflexão através das estratégias recentes e ocupação e povoamento da Amazônia brasileira

[...] as questões urbanas e regionais estão interligadas. Se torna difícil na dinâmica territorial brasileira identificar o que é peculiar à problemática urbana e o que diz respeito especificamente à problemática regional. (SOARES, 2003).

As idéias antes destacadas por Soares (2003) reforçam o fato de que não se pode conceber e entender uma formação urbana dissociada da formação regional. As regiões não podem ser compreendidas em suas estruturas totalizantes e sociais quando separadas da estrutura da dinâmica urbana. Há pois um movimento dialético e interdependente que une/separa/une as cidades às regiões. Conforme Sousa (2009)

A leitura da cidade e de seu movimento tem implicado na necessidade de se considerar as relações que esta estabelece com o seu contexto regional. A dinâmica regional, por sua vez, não tem escapado à lógica de animação interna da cidade. Trata-se de um movimento que em sua essência é dialético e que contribui para compreender as relações socioeconômicas estabelecidas entre o urbano e o regional. (SOUSA, 2009, p. 29).

Busca-se neste ensaio considerar este viés enquanto caminho metodológico útil para uma análise da atual dinâmica urbana de Imperatriz. Entende-se que é através das conexões entre o regional e o urbano que poderemos lograr êxito nesta reflexão.

A Amazônia brasileira conheceu significativas mudanças socioespaciais a partir da segunda metade do século XX. Estas transformações estão ancoradas nos papéis e ações desempenhados pelos diferentes atores sociais presentes nesta região. De um lado tem sido notória a participação efetiva do Estado e do capital no comando das principais ações desenvolvidas nesta região a partir de 1950. Do outro, há que se considerar também a presença dos sujeitos simples que sempre estiveram presentes na região. Assim, o debate que envolve o atual processo de reestruturação urbano-regional na Amazônia deve considerar os conflitos e embates gerados entre estes diferentes atores sociais.

O processo recente de ocupação e povoamento regional contou com a presença marcante das ações do Estado e capital sendo que estas apresentaram maior efetividade entre as décadas de 1960-1980 por meio da adoção de diferentes programas e projetos econômicos como demonstram as estratégias delineadas para a região indicadas no quadro que segue. No entanto, esta força de comando do Estado arrefeceu no início da década de 1980 em face da introdução de políticas neoliberais no país. A partir de então, o Estado transferiu à iniciativa privada o gerenciamento do processo de ocupação e povoamento regional.

Quadro 1 - Estratégias recentes de ocupação e povoamento da Amazônia (1953-1988)

ANO	PROGRAMAS/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	SPVEA – Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia	Elaborar planejamento quinquenais visando a valorização econômica da região.
1958	Rodovia Belém-Brasília (BR/010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia oriental ao resto do país.
1960	Rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364)	Implantar eixo pioneiro para articular a porção meridional da Amazônia ao resto do país.
1966	SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus	Integrar a Amazônia Ocidental mediante criação de um centro industrial com a isenção de impostos.
1968	Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia – Ministério do Interior	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento energético na região.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional	Expansão da rede rodoviária e implantação de projetos de colonização em áreas da SUDAM/SUDENE.
1970	INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1974	POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos agropecuários e agrominerais da Amazônia	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	PGC – Programa Grande Carajás	Explorar de forma integrada em grande escala, recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.
1985	PCN – Projeto Calha Norte	Assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação de pessoas, produtos e serviços e assistir os índios.
1987	PROJETO 2010 – Ministério de Minas e Energia	Implantar rede hidrelétrica para incentivar o desenvolvimento industrial da região amazônica.
1988	Programa Nossa Natureza	Rever legislação ambiental para a região e estabelecer o zoneamento agroecológico.

Fonte: Bertha Becker (1990). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2011).

As estratégias destacadas integraram um conjunto de ações guiadas pelo Estado, tendo forte inserção entre 1960-1980, expressando o efetivo controle político na apropriação dos recursos da região. Como notou Becker (1990, p. 13) é o “próprio governo que viabiliza

a ocupação de terras à frente da expansão pioneira. Para tanto, numa poderosa estratégia programa e impõe malha de duplo controle técnico-político sobre o espaço existente”.

O comando técnico-político foi subsidiado graças à implantação das redes de integração espacial por meio dos eixos viários. Teve grande importância a construção das rodovias: Cuiabá-Santarém (BR-364), a Belém-Brasília (BR-010) ou (BR-153) e os eixos transversais: a rodovia Perimetral e Transamazônica. Conjugadas a estas redes convém salientar a importância das redes de telecomunicação e as redes urbanas.

As ações comandadas pelo Estado brasileiro também se efetivaram mediante o controle social exercido em função da superposição de territórios federais sobre estaduais.

Como lembra Becker (1990, p. 14) “A manipulação pela apropriação de terras dos Estados foi um elemento primordial do governo federal, que criou por decretos territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e direito de propriedade”.

Esta força de comando do Estado na apropriação da região não se manifestou isolada dos interesses capitalista. É preciso considerar neste cenário de ocupação da região as alianças e ações firmadas entre o Estado e o capital privado (nacional/mundial) que incentivaram a incursão de capitais diversos, inclusive estrangeiro, objetivando a apropriação desmedida dos recursos naturais e sociais existentes na região³. A este respeito Becker (2004) comenta

No caso da Amazônia brasileira, a intervenção do poder estatal autoritário, tecnocrático foi fundamental na criação das regiões. A Amazônia Legal foi uma criação geopolítica do governo federal visando o controle do território, com o argumento de propiciar o desenvolvimento regional. Tal intervenção, todavia, de desenvolvimento não teve nada, mas foi a primeira intervenção governamental que criou realmente uma região. (BECKER, 2004, p. 56).

Coube ao Estado a tarefa de constituir regiões atreladas à ideologia da modernização nacional. Porém, estas ações ligadas ao ideário da modernização não asseguraram a condição de desenvolvimento à região. O caso amazônico é ilustrativo. De um lado tornou-se perceptível a propagação e difusão de discursos e ideologias desenvolvimentistas. Do outro, estes discursos entraram em choque com os interesses das populações existentes na região, gerando conflitos diversos em razão das ações planejadas não se tornarem exequíveis. Sobre esta fase de ocupação da região delineada a partir de 1960, Becker (2005) comenta:

No caso da Amazônia, sua ocupação se fez em surtos devassadores desencadeados pela valorização momentânea de seus produtos no mercado externo. Em meados da década de 1960, o Estado brasileiro toma a si o comando de um novo ciclo do povoamento regional no contexto de um projeto geopolítico voltado à modernização acelerada da sociedade e do território brasileiro. (BECKER, 2005, p. 401).

A modernização é entendida nesse cenário como elemento essencial à adoção de uma política de integração nacional. Conforme os discursos oficiais orientados pelo Estado, somente através da adoção de elementos modernos, amparados em instrumentos técnico-produtivos é que a região poderia se integrar às demais áreas produtivas do país, especialmente, o Centro-Sul. Assim, cumpre indagar sobre os reais significados expressos por esta modernidade e as sucessivas modernizações instauradas na região amazônica.

Busca-se questionar e compreender os verdadeiros significados que estão embutidos nos discursos produzidos pelos agentes hegemônicos, especialmente, em razão das estreitas relações estabelecidas entre o capital e o Estado nesta fase recente de ocupação, povoamento e apropriação dos recursos da região.

As reflexões edificadas pelo sociólogo José de Souza Martins (2008) indicam caminhos favoráveis para uma análise coerente da modernidade imposta a esta região

O estudo da modernidade nos países latino-americanos, como o Brasil passa pelo reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade, embora tenha se tornado entre nós um cacoete de país subdesenvolvido na era da globalização: mais se fala da modernidade do que ela efetivamente é. A modernidade não se confunde com objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital, que introduziu na vida social e na moralidade, até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins, a reconstrução cotidiana do sentido da ação e sua compreensão como mediação da sociabilidade. (MARTINS, 2008, p. 17-18).

A modernização materializada nesta região só pode ser compreendida mediante os conflitos estabelecidos entre os seus distintos sujeitos. Os conteúdos da modernidade imposta à região se revelam diante os conflitos sociais estabelecidos entre o velho e o novo. De um lado, há as resistências dos sujeitos que vivenciam historicamente a região. Do outro, as mudanças impressas no cenário regional mediante a adoção dos signos modernos.

As transformações evidenciadas através dos projetos econômicos ilustram com propriedade a natureza e os significados da modernização imposta à região. O quadro que

segue enfatiza com propriedade as mudanças estruturais materializadas na região amazônica.

Quadro 2 - Mudanças estruturais na Amazônia brasileira (199?)

MUDANÇAS ESTRUTURAIS	IMPACTOS NEGATIVOS	CONSTRUÇÕES
CONECTIVIDADE	Migrações e mobilidade do trabalho; Desflorestamento; Desrepeito à diversidade regional e às populações.	Acréscimo e diversificação da população; Mobilidade ascendente; Urbanização e acesso à informação.
INDUSTRIALIZAÇÃO	Grandes projetos = Economia de Enclave; Subsídios à grande empresa; Desterritorialização e meio ambiente.	Urbanização e industrialização: Manaus, Belém, São Luís e Marabá; 2ª maior produção mineral do país.
URBANIZAÇÃO	Inchaço e problemas ambientais; Rede rural-urbana; Ausência de infra-estrutura urbana = Favelização.	Desconcentração urbana; Nós de redes de circulação e informações; Iniciativas de políticas públicas.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	Conflitos ambientais/sociais; Conectividade + Mobilidade = Urbanização intensa.	Diversificação social; Formação de novas sociedades locais; Consciência coletiva e organização social – ONGs.
MALHA SOCIOAMBIENTAL	Conflitos de terra e de territorialidades; Conflitos ambientais.	Formação de VTE; Demarcação de terras indígenas; Multiplicação das Ucs.
NOVA ESCALA	Conflitos/construções territoriais/ regionais.	Amazônia: nova região do Brasil.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F; GALVÃO, A. C. F. (Orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP/ ANPUR, 2003.

No que diz respeito a estas mudanças estruturais, Becker (2004) ressalta:

O ponto de partida para se fazer essa análise é o reconhecimento das mudanças estruturais que ocorreram na Amazônia nas últimas décadas do século XX. Todos sabem como o projeto de integração nacional acarretou perversidades em termos ambientais e sociais. Mas, com sangue, suor e lágrimas deve-se reconhecer o que restou de positivo nesse processo, porque são elementos com os quais a região conta hoje para seu desenvolvimento. (BECKER, 2004, p. 36).

No conjunto das mudanças antes destacadas têm ganhado notoriedade o avanço e a intensidade do processo de urbanização. Este avanço também se vincula às demais mudanças estruturais já mencionadas. A intensidade do ritmo de urbanização regional tem sido superior às médias notadas na dinâmica urbana do território nacional. Segundo Becker (2005)

O crescimento urbano na região distingue-se das demais regiões do país. Não só foi o maior do país nas últimas décadas, como equivaleu ao dobro do crescimento do país como um todo, introduzindo profundas mudanças na estrutura do povoamento regional. Tem sido galopante o ritmo do crescimento urbano: a população correspondia a 35,5% em 1970, 44,6% em 1980, 58% em 1991 e 69,05% em 2000. (BECKER, 2005, p. 403).

O ritmo crescente da população se associa também às peculiaridades que envolvem a dinamização do processo de organização do espaço regional. As formas de organização do trabalho, a intensa mobilidade da população provocada pelas possibilidades de trabalho, as íntimas vinculações entre a cidade e o campo e a própria dinâmica social da urbanização são traços marcantes do recente movimento urbano-regional amazônico. Becker (2003) sugere alguns elementos que consideramos como úteis à esta análise. São eles:

- a) Ritmo acelerado da urbanização que se efetiva em razão do crescimento urbano, repercutindo na multiplicação, criação e revigoração dos núcleos urbanos;
- b) Mudança na estrutura urbana e no povoamento, expressando assim, forte desconcentração urbana com importante participação das cidades médias;
- c) Incorporação dos valores rurais ao urbano, demonstrando desse modo estreitas vinculações entre o campo e a cidade;
- d) Grande variedade quanto à situação de crescimento, tamanho e estrutura dos núcleos urbanos, expressando distintos modelos ou padrões de urbanização;
- e) Carências generalizadas de equipamentos e serviços urbanos, expressando forte ausência de infra-estrutura urbana dos núcleos urbanos;
- f) Presença de uma economia instável e informal, expondo às populações à dependência direta de empregos públicos, alargando os problemas com a informalidade;
- g) Importância da dimensão política na organização da urbanização regional.
- h) As cidades, cada uma com suas especificidades, assumem papéis estratégicos no exercício de políticas públicas e na organização do espaço regional amazônico.

Diante das características expostas sobre o atual processo de reestruturação regional e urbano amazônico interessa então refletir sobre os reflexos desta dinâmica no município de

Imperatriz um dos principais núcleos urbanos da Amazônia oriental que tem conhecido de perto os efeitos dinâmicos deste dinamismo.

Os reflexos da urbanização amazônica no atual processo de produção do espaço urbano de Imperatriz - MA

As cidades da Amazônia têm um papel fundamental na ocupação regional, permitindo a acumulação de capital mais por sua capacidade de coletar e se apropriar do produto excedente do que de criá-lo, atrair e ressocializar migrantes e condensar as instituições e grupos que organizam o poder. (BECKER, 1990)

O processo de urbanização em curso na região amazônica tem fornecido distintos elementos para a sua explicação. Cumpre reafirmar o papel das estratégias de ocupação e povoamento dirigidos para esta região a partir de 1950. Estes se orientaram através de investimentos econômicos, contando com a participação direta do Estado e de capitais nacionais e estrangeiros. Teve destaque nesse contexto, a colonização pública e privada das terras, os projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e energéticos. A geógrafa Bertha Becker (1990) ao analisar estas mudanças materializadas no espaço amazônico enfatiza a urbanização como traço peculiar no conjunto destas transformações. Para ela,

A importância da urbanização como instrumento de ocupação se relaciona assim a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado, que se refere à sua dinâmica social e territorial. (BECKER, 1990, p. 52).

A atração de fluxos migratórios constituiu uma das tarefas prioritárias usadas pelo Estado para assegurar as frentes de trabalho⁴ na região. As cidades emergiram como lugares estratégicos e essenciais para que esta ocupação e o povoamento se efetivassem. Parcelas significativas dos migrantes eram oriundas, sobretudo, da região nordeste como atestam os demográficos estabelecidos pelo IBGE entre as décadas de 1960-1980⁵.

Assim, só é possível entender o atual cenário urbano-regional através dos vínculos tecidos entre os fluxos migratórios, a formação do mercado de trabalho regional e a nova realidade revela por meio dos conflitos sociais. A urbanização é entendida nesse cenário como peça-chave para a organização do espaço regional pois constitui o pano de fundo desta

ocupação. Becker (1990, p. 44) entende que “uma fronteira urbana é a base logística para rápida ocupação da região. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola; a fronteira já nasce urbana, tem ritmo de urbanização mais rápido que o resto do país”.

A criação, multiplicação e as refuncionalizações dos núcleos urbanos tem se mostrado como um dos traços peculiares no interior da dinâmica urbana brasileira.

Na região amazônica este aspecto também é um elemento marcante da recente dinâmica da região, denotando o avanço da urbanização, especialmente, em razão dos processos de fragmentação territorial e da criação de novos núcleos urbanos. Alguns estudiosos como é o caso de Bertha Becker (1982); (1990); (2003); (2005); Machado (1979); e Trindade Júnior (1998); (2003) têm levantado a tese da urbanização enquanto principal instrumento que move o atual processo de ocupação e povoamento da região, implicando ao mesmo tempo na reestruturação do espaço urbano e regional. Conforme Becker (1990)

[...] a urbanização que se apresenta na região Amazônica é uma estratégia básica utilizada pelo Estado para a ocupação regional. A urbanização sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior. A urbanização não implica simplesmente no aumento do número e tamanho das cidades. Ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social; (b) a do espaço territorial. (BECKER, 1990, p. 52).

A criação de núcleos urbanos planejados ou espontâneos por meio da difusão de investimentos em infra-estrutura, bens, capitais e serviços sob a tutela do Estado se mostrou eficaz até o início da década de 1980. Tais ações condicionaram a ocupação e o povoamento da região, gerando profundas alterações no espaço regional. O processo de urbanização amazônico se concretizou mediante a formação do mercado de trabalho regional. Nesses termos, Becker (1990, p. 141) afirma, “O núcleo urbano é à base da organização do mercado de trabalho regional, como ponto de concentração e redistribuição da força de trabalho que está disponível, móvel e localizada em pontos estratégicos do território”.

As diversas trajetórias dos migrantes, materializadas inicialmente no campo em função de suas ligações com a difusão da agropecuária, extrativismo e a mineração se sustentaram até o início da década de 1980. No entanto, atualmente esta mobilidade é acompanhada de perto pelos empregos oferecidos nas cidades. Ainda sobre as características recentes do processo de urbanização amazônico, Bertha Becker (2003) ressalta que

O que chama atenção é o ritmo galopante do crescimento da população urbana a partir da década de 1960. Em 1970, a população urbana representava (35,5%) da população total; em 1980, (44,6%); em 1990, (61%). E em 2000, só na região Norte, a população urbana correspondia a (69,07%). [...] A segunda característica mais importante é a mudança na estrutura urbana e do povoamento, inclusive através da desconcentração dessa urbanização. [...] A partir de 1970, apesar do crescimento das cidades ter sido muito forte nas grandes aglomerações, a sua participação relativa se reduziu, devido ao aumento da participação relativa das cidades médias e pequenas. (BECKER, 2003, p. 654-655).

Este ritmo crescente da população urbana não se manifestou de modo uniforme na região amazônica. A agenda política tem atuado no sentido de escolher “lugares estratégicos” para recepcionar as externalidades advindas do capital produtivo nacional e mundial.

Este é o caso de alguns núcleos urbanos situados na Amazônia oriental onde pode-se mencionar as cidades de Araguaína localizada na Mesorregião Ocidental do Estado do Tocantins, Imperatriz situada no Sudoeste do Maranhão e Marabá que se localiza no Sudeste do Pará. Como exemplo desta dinâmica ressaltamos na tabela 1, o intenso crescimento demográfico no município de Imperatriz, especialmente, entre as décadas de 1950-1980.

Tabela 1 - Evolução da população total e percentual da população urbana e rural de Imperatriz (MA) - (1950-2000)

ANO	Total	População Urbana	População Rural	População Urbana (%)	População Rural (%)
1950	14.064	1.630	12.434	11,59	88,41
1960	39.169	8.987	30.182	22,94	77,06
1970	80.722	34.709	46.013	44,00	56,00
1980	220.469	111.818	108.651	50,72	49,28
1991	276.440	209.970	66.470	75,95	24,05
2000	230.450	218.550	11.895	94,84	5,16

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960; 1970; 1980; 1991; 2000.

Os números apresentados evidenciam o acelerado e intenso crescimento urbano de Imperatriz, que se apresenta como uma das principais cidades médias⁶ da Amazônia Oriental. A crescente participação das cidades médias no conjunto da dinâmica urbana brasileira é um

fenômeno que tem ganhado força desde 1970, expressando também intensa visibilidade no cenário amazônico. Estas cidades passaram desde 1970 a ocupar papéis de destaque na urbanização regional. Tal fato se associa, sobretudo, à desconcentração econômica e demográfica ocorrida na região. A instalação, crescimento, multiplicação e revigoramento dos centros locais e das cidades médias se impuseram como características singulares no atual processo de urbanização brasileiro, sendo refletindo também na realidade amazônica.

Esta crescente participação das cidades médias no interior da urbanização amazônica, apesar de demonstrar semelhanças revela também algumas diferenças, exigindo de nós uma reflexão consistente. Um dos aspectos que permite verificar esta diferenciação, diz respeito aos ritmos distintos da urbanização, bem como a natureza e os padrões deste fenômeno que se vincula às distintas atividades econômicas⁷ difundidas no espaço regional.

A escolha de espaços seletivos, ou seja, de lugares polarizadores ou ilhas de produtividade econômica destinadas à exploração dos recursos naturais no interior da região amazônica, ou seja, fora da órbita das metrópoles de Belém e Manaus constituiu fator decisivo para esta intensa participação das cidades médias. Esta participação se intensificou, sobretudo, a partir da década de 1980. Trindade Júnior (1998) nessa direção afirma

Com a nova dinâmica na Amazônia Oriental, vamos perceber que a participação econômica de Belém vem se alterando gradativamente. Isto tem sido interpretado como processo de perda de importância de Belém em face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora da sua órbita. (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 74).

É importante reconhecer as funções e os papéis exercidos por cidades como Marabá no Sudeste paraense, vinculada à extração de recursos minerais, bem como a cidade de Araguaina, localizada na Mesorregião Ocidental do Estado do Tocantins que teve sua dinâmica urbana impulsionada pela difusão da agropecuária e também a cidade Imperatriz, situada no Sudoeste maranhense, que intensificou seu processo de urbanização a partir da década de 1960 em virtude do desenvolvimento de distintas atividades econômicas.

No caso específico de Imperatriz, observa-se desde o início da década de 1980 forte destaque no cenário regional em face da difusão e consolidação da atividade comercial bem como a ofertas de diversos serviços, especialmente, àqueles ligados à educação superior, serviços públicos e privados de saúde manifestado por meio da ampliação significativa de

clínicas especializadas e há que se ressaltar ainda neste período recente o avanço do segmento da construção civil, através do aumento de edificações nesta cidade.

O terciário desempenha de modo geral papel de intensa relevância na mobilização e participação das cidades médias no interior do processo de urbanização difundido no território brasileiro. Sobre esta importância do terciário moderno e a sua participação no contexto das cidades médias brasileiras, Spósito et. al. comentam (2007)

A concentração econômica no terciário, observada em alguns ramos do setor, desde a década de 1980, promoveu a expansão territorial e a multiplicação das redes de estabelecimentos comerciais e de serviços, gerando, nesse caso, descentralização espacial dos capitais comerciais e de serviços de grande porte, que passaram a abranger a maior parte do território brasileiro. (SPÓSITO, et. al 2007, p. 55-56).

Esta importância é notória em Imperatriz a partir de 1980. Após reconhecer alguns dos elementos que tem singularizado o atual processo de urbanização amazônico faz-se necessário identificar e compreender os reflexos deste processo difundido na recente dinâmica da urbanização manifestada no espaço urbano de Imperatriz.

Singularidades da produção do espaço urbano em imperatriz

O atual processo de reestruturação regional amazônico só pode ser entendido através de suas relações com a urbanização. No bojo dos elementos característicos da urbanização amazônica que apresenta reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz cabe destacar:

- a) Ritmo acelerado e desordenado do crescimento urbano, sobretudo, no período compreendido entre as décadas de 1950-1980;
- b) A íntima-relação da cidade aos valores constituídos no campo;
- c) Carências generalizadas em equipamentos e infra-estrutura urbana.

É com base nessas características que propomos estabelecer um diálogo acerca das especificidades do processo de urbanização que se materializa na cidade de Imperatriz. Para tanto, de início reforçamos o quadro da evolução demográfica do município de Imperatriz, considerando o período compreendido entre às décadas de 1950-2010.

Tabela 2 - Evolução da população total; Percentual da população urbana e rural e Crescimento anual de Imperatriz (MA) - (1950-2010)

ANO	Total	População Urbana	População Rural	População Urbana (%)	População Rural (%)	Crescimento Anual (%)	
1950	14.064	1.630	12.434	11,59	88,41	1950-60	10,79
1960	39.169	8.987	30.182	22,94	77,06		
1970	80.722	34.709	46.013	44,00	56,00	1960-70	7,50
1980	220.469	111.818	108.651	50,72	49,28	1970-80	10,57
1991	276.440	209.970	66.470	75,95	24,05	1980-91	2,08
2000	230.450	218.550	11.895	94,84	5,16	1991-00	0,50
2010	247.553	234.671	12.882	94,80	5,20	2000-10	0,71

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010.

Os números antes indicados revelam que o crescimento urbano de Imperatriz conheceu maior intensidade e vigor entre as décadas de 1950-1980. Este foi o período em que ocorreu a maior difusão de projetos econômicos vinculados tanto à produção agropecuária como ao desenvolvimento agro-extrativista e minero-metalúrgico.

Algumas áreas ligadas à Imperatriz, como é o caso do atual município de Açailândia se inseriu na lógica da modernização amazônica, acolhendo usinas siderúrgicas de modo a servir de suporte à crescente produção mineral no Sudeste do Pará, contribuindo para o crescimento urbano desta cidade. Sobre este estágio inicial de intensa ocupação e povoamento de Imperatriz decorrido entre 1950-1980 é importante sublinhar os papéis conferidos às seguintes atividades econômicas.⁸ Teve destaque nesse cenário os seguintes ciclos:

- a) Inicialmente, ou seja, entre as décadas de 1950-1960 o ciclo econômico vinculado à produção agrícola, especialmente a produção de arroz sendo bastante expressiva;
- b) Destacou-se também o ciclo da madeira que teve grande participação na economia urbana e regional de Imperatriz entre as décadas de (1970-1980);
- c) O final da década de 1970 assinala a presença da atividade mineradora difundida no Sul do Estado do Pará tendo forte participação na urbanização de Imperatriz. Por ser o principal núcleo urbano da região, Imperatriz se beneficiou da produção mineral difundida no território paraense, uma vez que o comércio desta cidade serviu de suporte e abastecimento às cidades mineradoras do Pará.

A partir de 1980 há forte destaque para a difusão da atividade comercial e a prestação de serviços em Imperatriz. O comércio atacadista e varejista passou, a partir deste período a

atender uma vasta rede de cidades que estão situadas para além das fronteiras do Estado do Maranhão, estendendo esta influência ao extremo norte do Estado do Tocantins e Sul/Sudeste do Estado do Pará. Associa-se à esta difusão do comércio a prestação de serviços, especialmente os públicos e privados de saúde. A década de 1980 testemunha o avanço e consolidação deste segmento em Imperatriz, contribuindo desse modo para a afirmação de Imperatriz como o principal núcleo urbano das porções: central, sudoeste e sul do Estado do Maranhão.

Conjuga-se aos serviços públicos e privados de saúde a importância dedicada aos serviços ligados à educação que passaram a atender demandas de distintas áreas do Estado do Maranhão, Tocantins e Pará. Associa-se ainda a importância destes serviços à crescente participação do segmento da construção civil que teve forte expressividade a partir de 2000, contribuindo diretamente para o processo de verticalização da cidade de Imperatriz.

De acordo com a tabela 2 antes apresentada, observa-se ainda que a partir da década de 1980 o município de Imperatriz passou a registrar forte declínio em seu crescimento demográfico. Alguns elementos contribuem para explicar esta dinâmica. Cabe destacar nesse contexto o intenso processo de fragmentação territorial ocorrido no município de Imperatriz. A partir da década de 1980, Imperatriz perdeu parte considerável de seu território e conseqüentemente da sua população. Na malha estadual foi a área que mais perdeu território e população em função deste processo de fragmentação territorial.

A partir deste período tem-se, por exemplo, a intensificação do processo de fragmentação territorial de Imperatriz e com isto a criação dos municípios de Açailândia (1981); Cidelândia; Davinópolis; Governador Edison Lobão; São Francisco do Brejão; São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios ambos emancipados no ano de 1997.

Outro elemento que merece destaque nesse cenário de declínio da população de Imperatriz diz respeito ao deslocamento de atividades econômicas para outras áreas do Estado do Maranhão, como é o caso da agricultura que se dirigiu desde 1970 para o Sul do Estado.

Há que se considerar ainda que uma fatia importante dos investimentos ligados ao setor primário foi reinvestida no setor terciário. A partir do início da década de 1980 observa-se no quadro econômico de Imperatriz intensa participação da atividade comercial. Este é o momento em que o terciário assume a maior expressão da centralidade urbano-regional no interior da cidade e projeta esta importância para a região. Para Sousa (2009)

A nova fase econômica de Imperatriz, inaugurada a partir de 1980, é marcada pelo desenvolvimento da atividade comercial, com destaque para a difusão do comércio atacadista e varejista. Esta dinâmica é acompanhada ainda pelos serviços ligados à educação em nível superior e de saúde pública e privada desenvolvidos na cidade. Estes serviços oferecidos em Imperatriz passaram a exercer papel predominante na vida socioeconômica da cidade e da região Tocantina. (SOUSA, 2009, p. 177-178).

As atividades vinculadas ao segmento terciário através da participação do comércio atacadista e varejista, a difusão dos serviços públicos e privados de saúde, a expansão da educação superior em Imperatriz e mais recentemente a difusão do segmento da construção civil expressam com propriedade a atual dinâmica econômica materializada em Imperatriz.

Outra característica intrínseca à urbanização amazônica que se projeta para Imperatriz, diz respeito à íntima relação entre o campo e cidade. Para Becker (2003)

Uma característica, que é uma das especificidades maiores da urbanização amazônica, é a íntima relação cidade-campo, decorrente, da forte mobilidade da população, que antes era atraída “ para a região, em busca de terras e de emprego, não sendo absorvida, ” gira como „peão na região, buscando novas frentes de trabalho, trabalhando no campo e residindo em núcleos urbanos. Essa relação cidade-campo forma uma rede rural-urbana com núcleos que se assemelha a grandes favelões, precários, mas que participam da rede de circulação de mercadorias e informações. (BECKER, 2003, p. 655).

As especificidades sócio-econômicas e culturais vivenciadas no campo foram desse modo, transferidas para a cidade. Os trabalhadores rurais, fazendeiros e lavradores mesmo vivendo na cidade não extinguem os valores sociais construídos no campo. Lima (2008, p. 26) em seu estudo sobre a urbanização em Imperatriz ressalta a importância de entender “as imbricações destas situações tidas como rurais e urbanas na cidade de Imperatriz”. Trata-se de reconhecer as condições híbridas onde se mesclam situações próprias do meio rural com aquelas vivenciadas na cidade. Mesmo se transferindo para as cidades em função do emprego, esta população não perde os valores socioculturais edificados historicamente no campo.

Tais situações puderam ser percebidas através de entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas com a população na área urbana de Imperatriz. Realizamos um total de vinte entrevistas no mês de agosto de 2010, das quais destacamos algumas para retratar esta dinâmica. Buscamos indagar a respeito das relações de afetividade do morador com o lugar

e também procuramos compreender se estes valores construídos na cidade expressam alguma vinculação com os valores socioculturais edificados antes em suas vidas no campo.

Eu moro aqui há 29 anos. A gente morava antes num interiorzím aqui do Maranhão. No meu registro tá citado Andirobal dos Crentes, mas o nome do povoado eu num me lembro. Olha, eu gosto de morar aqui. Eu tanto gosto como vejo a maioria das pessoas que tem casa própria e que mora aqui perto dizer que jamais ia morar em outro lugar, por que nós estamos perto de tudo. Só pra te dar um exemplo, nós moramos tão perto do centro que se a gente quiser ir bem aí no Paraíba, a gente pode até deixar um arroz enxugando e quando a gente volta aqui pra casa o arroz já tá no ponto.

(Ilda Oliveira, dona de casa residente na área central de Imperatriz).

Eu gosto de morar aqui por que aqui tem todas as condições de nossa sobrevivência. Se a gente quer uma abóbora é só ir aí no cercado. Se quer um peixe tem aí no rio. Nós chegamos aqui tem mais de 25 anos. Nossa família veio aí do Goiás, depois do Axixá. A gente vive das hortazinha que pranta, dos pés de quiabo e maxixe que tem no cercado, por isso que aqui bom pra morar. (Marlene dos Santos, dona de casa residente no bairro Três Poderes).

Eu moro aqui tem mais de 30 anos, meus pais vieram do interior do Piauí, perto da região de Piripiri. Trabalharam no começo com a lavoura do arroz que era grande. Hoje as coisa mudou. A gente ainda trabalha com as hortas, plantando verduras que são vendidas aí no mercadinho. Essas verduras dão o sustento pra nossa família. Só que as coisas tão mudando, a cidade cresceu muito. Antes a gente vivia melhor. (Maria Rodrigues da Silva, comerciante e lavradora residente na área central).

Nossa família mora aqui tem mais de 30 anos. A gente veio eu acho que foi depois de 73. A gente gosta de morar aqui por que está acostumado. Mais Imperatriz cresceu muito. E hoje assusta é a violência. Mais a vida aqui em Imperatriz é boa aqui pra nós. O nosso comércio tem tudo que a gente precisa pra sobreviver. A gente também não tem assim saúde muito boa não. Mais sempre que precisa de algum remédio e de consulta é atendida no Postinho aqui da Nova Imperatriz. (Márcia do Santos, comerciante residente no bairro Mercadinho – área central de Imperatriz).

As entrevistas destacadas retratam com clareza a íntima relação da população residente na cidade com os valores que foram construídos no campo. Mesmo estando na cidade e associados às atividades difundidas no meio urbano cultivam e preservam os valores sociais construídos no campo. Com isto, há a manutenção de hábitos que foram edificados no meio rural. Estas relações apesar de se modificarem com a com a intensificação do processo de urbanização não pulverizaram os valores socio-culturais edificados no campo.

Outra característica intrínseca à urbanização amazônica que apresenta reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz diz respeito às carências generalizadas em infraestrutura. Parcelas consideráveis das populações que residem na área urbana são desprovidas de condições dignas de habitabilidade. Tem-se como exemplo a ausência de água encanada, redes de tratamento de esgoto e energia elétrica. Nessa direção Becker (2005) expõe

A ausência de infra-estrutura e serviços nas cidades certamente é também uma especificidade da Amazônia, na medida em que é comum a grande parte das cidades brasileiras. A especificidade regional advém da generalização e do grau de carência, decorrentes da rapidez da urbanização e da imigração, que tornam as cidades incapazes de atender à massa da população urbana. (BECKER, 2005, p. 409).

O quadro abaixo retrata esta realidade ao expor as carências destes equipamentos urbanos, em particular, o acesso à serviços urbanos básicos na Microrregião de Imperatriz.

Quadro 3 - Acesso a serviços básicos em domicílios urbanos: banheiro, água encanada, energia elétrica e coleta de lixo na Microrregião de Imperatriz (2000)

MUNICÍPIOS	Instalação População Total (2000)		Domicílios com banheiro e água (%)	Domicílios com energia elétrica e TV (%)	Domicílios com coleta de lixo (%)
	Ano	Total			
Açailândia	1981	88.320	36,86	81,66	74,5
Amarante do Maranhão	1953	31.292	9,59	39,09	40,88
Buritirana	1997	13.822	3,98	50,8	46,93
Cidelândia	1997	11.816	20,18	59,77	42,02
Davinópolis	1997	12.275	14,16	76,73	71,48
Gov. Edison Lobão	1997	10.891	22,47	71,49	77,42
Imperatriz	1856	230.566	66,52	90,79	89,35
Itinga do Maranhão	1997	23.128	23,99	79,78	77,42
João Lisboa	1961	24.598	21,69	68,09	47,62
Lajeado Novo	1997	5.717	14,76	39,19	54,27
Montes Altos	1958	10.347	12,53	46,97	42,64
Ribamar Fiquene	1997	6.488	13,71	50,42	38,93
São Francisco do Brejão	1997	7.062	17,84	69,19	56,77
São P. D'água Branca	1997	10.927	12,53	64,44	22,08
Senador La Roque	1997	16.242	11,16	66,42	69,28
Vila Nova dos Martírios	1997	6.705	14,41	57,76	44,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento (2000). Organização: Jailson de Macedo Sousa (2009).

Observa-se conforme os dados expostos que na Microrregião de Imperatriz as condições de acesso aos equipamentos urbanos básicos como é o caso de banheiros, água

encanada, energia elétrica e serviços de coleta de lixo são extremamente precários e reforçam a tese antes levantada sobre a precariedade e carência destes serviços.

A exemplo do que vem ocorrendo na região amazônica como um todo e em grande parte dos núcleos urbanos do país, a criação de novos municípios se acentuou na microrregião de Imperatriz. Este fato tem acarretado em graves problemas sociais, uma vez que os investimentos públicos são insuficientes e não contemplam as necessidades da população.

No conjunto dos municípios da Microrregião de Imperatriz, observa-se que o acesso aos serviços de água encanada e banheiros em domicílios, apenas Imperatriz aparece com percentual aceitável quando se consideram as médias do país. Ou seja, na microrregião, apenas Imperatriz apresenta 66,52% da população atendida por estes serviços.

A tendência destes números é regredir para as cidades pequenas, sobretudo, àquelas emancipadas recentemente, como é o caso de Buritirana e Senador La Rocque, áreas ou emancipadas em 1997. Em relação aos serviços de água encanada e banheiros ofertados nestes municípios, nota-se que Buritirana apresentou o menor índice no conjunto da microrregião, contando apenas com apenas 3,98% da população servida por estes serviços. Senador La Rocque, por sua vez, atendia apenas 11,16% da sua população.

Esses dados expressam uma tendência preocupante. Os problemas destas cidades poderão se agravar caso a gestão pública não ofereça alternativas satisfatórias às suas populações. A dimensão política apresenta aí papel de relevo. Para Becker (2005)

As cidades são condição para quaisquer iniciativas de gestão territorial, a começar pelo fato de que a gestão não pode se efetuar em áreas isoladas, porque o debate e a participação são seus ingredientes básicos. É lícito registrar a importância que tem o Estado na urbanização regional, seja pela massa de servidores públicos, seja pela transferência de recursos e pelo controle das terras, o que indica a necessidade de articulação e ajustes entre diferentes níveis de governo, bem como da necessidade de participação da sociedade civil. (BECKER, 2005, p. 426).

Entende-se que no âmbito do processo de gestão pública territorial não tem havido preocupação com a acelerada ocupação e povoamento da região, nem tampouco, com o ritmo frenético da urbanização nela manifestado. A gestão do território foi submetida aos interesses da economia mundializada. É preciso que o Estado e a sociedade reconheçam as suas faltas e busquem instrumentos que promovam o equilíbrio natural e social das cidades nesta região.

Considerações finais

Neste ensaio tivemos a preocupação de compreender as formas atuais assumidas pela urbanização amazônica e os seus reflexos no processo histórico de produção da urbanização de Imperatriz. Nesta análise buscamos de início entender os significados do processo de reestruturação regional amazônica, delineado a partir de 1950. Foi possível observar intensas mudanças na estrutura da região provocadas pela atuação conjunta do capital e do Estado.

Tais mudanças foram comandadas em face das estratégias recentes de ocupação e povoamento dirigidas para esta região. Enquanto estratégias podemos ressaltar o papel dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e energéticos.

Os discursos oficiais conduzidos pelo Estado e pelo capital conduziram a uma revalorização crescente da região tanto no contexto nacional e mundial. Observou-se assim a preocupação de inserir a região e as cidades no cenário produtivo nacional e mundial. As cidades apareceram nesse cenário como lugares privilegiados pela capacidade de atrair e difundir investimentos. Resultou deste processo a escolha de alguns “lugares dinâmicos”.

Como exemplo mencionamos neste estudo a cidade de Imperatriz que conheceu a partir da década de 1950 notável crescimento econômico e demográfico. No entanto, este crescimento apresenta vários problemas que necessitam ser refletidos de modo sistemático, entre os quais destacamos: o crescimento urbano acelerado e desordenado, a ausência de infra-estrutura urbana e graves problemas sociais ligados à gestão pública do território.

Diante dos problemas expostos fica a preocupação em compartilhá-los com os interessados neste debate que envolve a gestão urbana e regional e toda a problemática que dela se revela. Faz-se necessário então repensar a necessidade permanente do exercício de políticas públicas e o papel do Estado diante dos problemas sociais que se agudizam na realidade urbana das cidades amazônicas onde se inclui também a realidade de Imperatriz.

Notas

¹ Verificar a figura 1 na página 3.

² Martins (1993); (1998); (2008) e Vainer (1992) apresentam importantes contribuições acerca deste caráter modernizador imposto à região amazônica a partir de 1950.

³ São muitos os exemplos destas ações manifestadas na Amazônia brasileira. Na porção oeste do Estado do Maranhão que é parte integrante da Amazônia oriental, por exemplo, pode-se mencionar os estudos de Sousa & Almeida (2012); Sousa & Reis (2012); Sousa & Dias Filho (2012).

⁴ Lima (2008) em seu estudo aponta para a influência destes trabalhadores rurais oriundos do Nordeste no processo de estruturação do espaço urbano de Imperatriz. As frentes de trabalho no campo e as relações rural-urbanas são por ela entendidas como essenciais para se pensar a dinâmica urbana de Imperatriz. ⁵ Sousa (2009) ao estudar as relações sócioeconômicas entre Imperatriz e sua região de influência aponta parcelas significativas de migrantes do Nordeste (Piauí e Ceará) e empresários do centro-sul do país.

⁶ Corrêa (2007) e Spósito et. al. (2007) indicam alguns caminhos metodológicos essenciais à uma análise adequada acerca das possíveis definições e dinâmica das cidades médias considerando a realidade brasileira.

⁷ Trindade Júnior (2006, p. 183) enfatiza estas diferenças quando compara os ritmos da urbanização entre as porções Oriental e Ocidental da Amazônia brasileira.

⁸ Alguns estudiosos reconhecem a importância destes ciclos ou atividades econômicas para a dinamização da urbanização notada em Imperatriz. Entre eles destacam-se: Barros (1995); Lima (2008) e Frankin (2008).

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Indicadores socioeconômicos do Brasil, 2000.

BARROS, Edelvira M. Moraes. Imperatriz: memória e registro. Imperatriz: Ética, 1996.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.

_. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha K. MIRANDA, Mariana; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 1-15.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F; GALVÃO, Antônio. **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: Anpur, 2003.

_. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização**: processos, escalas e agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 32-35.

_. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio C; LEMOS, Mauro Borges. (Organizadores). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 401-428.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadora). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censos Demográficos: 1950-2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acessado em: 20/09/2012.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

LIMA, Rosirene Martins. **O rural no urbano?** Uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz-MA. Imperatriz: Ética, 2008.

MACHADO, L. O. Urbanização e política de integração no Norte de Goiás. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências – UFRJ, 1979.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2a. edição. São Paulo: Contexto, 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

SOUSA, Jailson de Macedo. **A cidade na região e a região na cidade: A dinâmica sócioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina**. Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, 2005.

_. **A cidade na região e a região na cidade: A dinâmica sócioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região Tocantina**. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

_; ALMEIDA, Fernando Ferreira de. **Efeitos sócioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental: uma reflexão a partir das representações sociais das populações atingidas pela UHE de Estreito**. Uberlândia. *Anais*. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

_. REIS, Walison da Silva. **Os efeitos socioespaciais de grandes projetos na Amazônia Oriental: uma reflexão a partir da siderurgia no município de Açailândia**. Porto Alegre. *Anais*. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

_. **Centralidades urbano-regionais na Amazônia Oriental: uma interpretação através da dinâmica funcional de Imperatriz (MA) e Marabá (PA)**. In: XII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011. Belo Horizonte. Anais... CD ROM.

SPÓSITO, Maria Encarnação; et. al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Organizadora). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. Faces da urbanização na fronteira: a dinâmica metropolitana de Belém no contexto da urbanização amazônica. In: **Experimental.**, n. 4/5, p. 71-89, setembro, 1998.

_. Saint-Clair Cordeiro da. Estado e gestão do espaço urbano na Amazônia: experiências das cidades-empresas. In: CARLOS; Ana F. Alessandri; LEMOS, Amália Inês. (Orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.